

POLÍTICA

O pacto de Sarney chega à TV

Ele deve apresentar hoje sua proposta de união nacional e programa mínimo de ação. Quem não aderir será automaticamente considerado adversário do governo.

Um pacto de união nacional. É o que o presidente Sarney deverá propor hoje, se ocupar, às 20 horas e 30 minutos — ainda não há confirmação oficial — uma cadeia de rádio e televisão para dizer à Nação o que pretende fazer até o final de seu mandato. O presidente vai lembrar que ele sempre quis fazer esse pacto e poderá, segundo seus assessores, culpar os partidos políticos por não terem deixado que isso acontecesse. Mas agora o presidente Sarney dirá que o País está cobrando esse pacto e que os partidos, portanto, não podem impedi-lo, conforme adiantaram ontem os auxiliares do chefe da Nação.

"O Brasil precisa que seu presidente tenha liberdade para escolher e governar." Esse alerta será dado pelo presidente Sarney, que propôs uma "democracia compactada", com o Congresso Nacional atuando como co-responsável na gestão de governo. Depois de falar sobre o seu programa mínimo, o presidente Sarney, de acordo com seus assessores, vai deixar claro que o documento onde constará esse programa representa um compromisso com o governo, ou seja, dirá que aqueles que não aderirem ao documento estarão contra o governo.

Sarney comunicou ontem ao deputado Expedito Machado (PMDB-CE) que enviara hoje cópias do documento de compromisso com a Nação a todos os partidos políticos, indistintamente, com representação no Congresso Nacional. Sarney confia na adesão da maioria deles, segundo disse o deputado, que representa o grupo Centro Democrático, pois trata de questões importantes de interesse econômico e social.

Com o documento, Sarney continuará insistindo em conseguir apoio isolado dos parlamentares para formação de nova base de sustentação no Congresso e na Constituinte, na defesa da manutenção dos seus atuais poderes e de cinco anos para seu mandato. Essa informação foi confirmada ontem pelo senador José Richa. No entanto, segundo o senador pelo Paraná, para ser coerente com decisões adotadas na semana passada pelas bancadas da Câmara e do Senado, o PMDB não poderá aceitar a busca de apoio isolado se não houver decisão da Comissão Executiva Nacional nesse sentido.

O senador José Richa disse ainda estar informado de que o presidente Sarney explicou sua estratégia ao deputado Ulysses

Guimarães, bem como lhe teria submetido o documento, ouvindo em resposta que cabe à Executiva Nacional resolver a questão. A Executiva deve reunir-se amanhã.

A estratégia do presidente José Sarney foi imediatamente rechaçada pelo líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que antecipou que não aceitara essa "tentativa de destruição dos partidos representada pela busca de apoio isolado para formação de nova base de sustentação".

Fernando Henrique manifestou ainda descrença com relação ao pronunciamento que o presidente da República poderá fazer à Nação e ao documento que ele pretende seja subscrito por parlamentares de diversos partidos. "Não pode sair nada de um manifesto dessa natureza. Quem está no governo deve adotar medidas para resolver os problemas nacionais e não fazer uma revista nova para substituir uma antiga que não pegou."

Fernando Henrique observou ainda que "o presidente José Sarney somente sairá do cipó em que se meteu se pegar o cipó certo, que é da maioria peemedebista. Fora disso, se pegar o cipó da maioria artifi-

cial, sem voto, ele não terá saída. E estará perdido".

Temas

Embora ainda disposto a falar em seu pronunciamento sobre sua preferência pelo presidencialismo, o presidente Sarney não deverá estabelecer compromisso com o sistema de governo no documento que colocará à disposição da classe política. Mas, implicitamente, tratará da duração de seu mandato, destacando que a mesma legislação que estabeleceu a duração de seu governo também dispõe sobre o mandato dos parlamentares.

Os assessores do presidente Sarney garantem que ele assumirá compromissos para o tratamento da dívida externa, não só durante o pronunciamento como no documento e tratará de outros temas como reforma administrativa, reforma agrária e política externa, com destaque para a integração da América Latina. Isso depois de fazer um balanço de sua administração até o momento e lamentar o fim da Aliança Democrática.

O porta-voz da presidência da República, Antônio Frota Neto, disse que o presidente ainda não havia terminado a redação

de seu pronunciamento, que poderá ser gravado hoje para ser transmitido hoje mesmo, mas não quis garantir a data.

"O presidente não alterou em nada sua determinação de fazer o pronunciamento à Nação, apresentar o documento à classe política e refletir na administração do governo essa nova base de sustentação política parlamentar que está buscando."

Líderes do PMDB disseram ontem, à noite, que no documento-compromisso Sarney poderá anunciar a redução do número de ministérios.

O documento, considerado "muito longo" pelo presidente do PMDB, que o leu ontem, no Alvorada, abordará questões políticas, econômicas e sociais. O presidente Sarney fará referências elogiosas à Assembleia Nacional Constituinte, ressaltando a necessidade de prestigiar os trabalhos em andamento da assembleia que teve a iniciativa de convocar, como parte do "Compromisso com a Nação", da Aliança Democrática.

Será anunciada decisão do governo de dobrar o salário mínimo e providências diversas no campo social, como transporte e a política habitacional.

No PMDB: "Sarney precisa achar o cipó certo. O nosso".

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, não quis ficar com cópia do documento-compromisso de apoio ao governo, que o presidente Sarney quis lhe entregar, anteontem, durante reunião-jantar no Palácio da Alvorada. Foi o que informou um dos parlamentares peemedebistas que mais frequentam a residência oficial do presidente do partido.

Deputados e senadores do PMDB confirmaram ontem que as bancadas do partido já decidiram delegar à Comissão Executiva Nacional a decisão do apoio ao governo. O senador José Richa lembrou que a bancada do partido no Senado tomou a decisão de delegar poderes à direção do partido. Também na Câmara a posição é a mesma, disse o deputado Pimenta da Veiga.

Ulysses Guimarães deverá reunir amanhã a Comissão Executiva Nacional, se confirmado o pronunciamento desta noite do presidente Sarney. O presidente do PMDB quer ouvir, também, os governadores e dirigentes regionais do partido sobre o novo pacto político.

Ulysses disse a ministros e a parlamentares que Sarney pedirá apoio, no documento e no seu pronunciamento, ao presidencialismo e aos cinco anos de mandato.

Anteontem, à noite, conversando com ministros e parlamentares peemedebistas, na residência do ministro Renato Archer, após a reunião-jantar no palácio da Alvorada, o deputado Ulysses Guimarães afirmou que Sarney fará duas colocações: apoio político, por escrito, e compromisso de lhe garantir liberdade na reforma ministerial e na reformulação dos métodos de governo.

Parlamentares influentes do PMDB confirmaram, ontem, no Congresso, que a posição do presidente da República é a de saber concretamente com quem pode contar no apoio ao governo e ao presidencialismo. "O presidente chegou a dizer que poderia contar até com 30, 40 ou 50 parlamentares, desde que lhe fossem fiéis e dignos da maior confiança" — revelou um parlamentar de fácil acesso ao Planalto.

Presidencialistas dos mais ligados ao presidente da República mostravam-se preocupados diante da informação de que Sarney pedirá apoio formal ao presidencialismo. Acha que esta posição deverá dificultar o novo pacto político com o governo, pois há várias tendências nos partidos, principalmente no PMDB e no PFL.

Com relação ao mandato de cinco anos, o comentário generalizado é de que a resistência não será expressiva, apesar de defensores influentes, como Mário Covas, Euclides Scalco, Fernando Henrique, Pimenta da Veiga e outros.

Nas conversas de ontem, nas laterais do plenário da Comissão de Sistematização, nas duas salas do café, em gabinetes, a tônica foi a mesma: preocupação com a anunciada decisão de Sarney de condicionar formalmente o apoio ao seu governo com o sistema presidencialista, antes das definições da Constituinte.

No PMDB há muitos parlamentares dispostos a rever a posição pelo parlamentarismo já, aceitando a tese da adoção do sistema a partir de março de 1990, com a posse do futuro presidente. Se Sarney, hoje, condicionar, o apoio político ao governo à aceitação do presidencialismo, o impasse poderá agravar-se.

Analistas do PMDB comentaram que a posição do presidente da República poderá, inclusive, deixar Ulysses Guimarães em posição difícil. Apoiando as propostas de Sarney, o presidente do PMDB correria o risco de ficar sem respaldo da esquerda (MUP) e do centro-esquerda do partido. "O PMDB poderia ficar dominado pelos moderados do Centro Democrático" — observou um peemedebista histórico, além de parlamentarista convicto.

Líderes do PMDB disseram, também, que Sarney não está vindo com bons olhos a iniciativa do PFL, por intermédio do senador e ex-ministro Jorge Bornhausen, de lhe apresentar proposta com sugestões socioeconômicas e político-administrativas, inclusive redução do número de Ministérios. "O presidente disse que documento é o dele" — disse um influente parlamentar do PMDB.

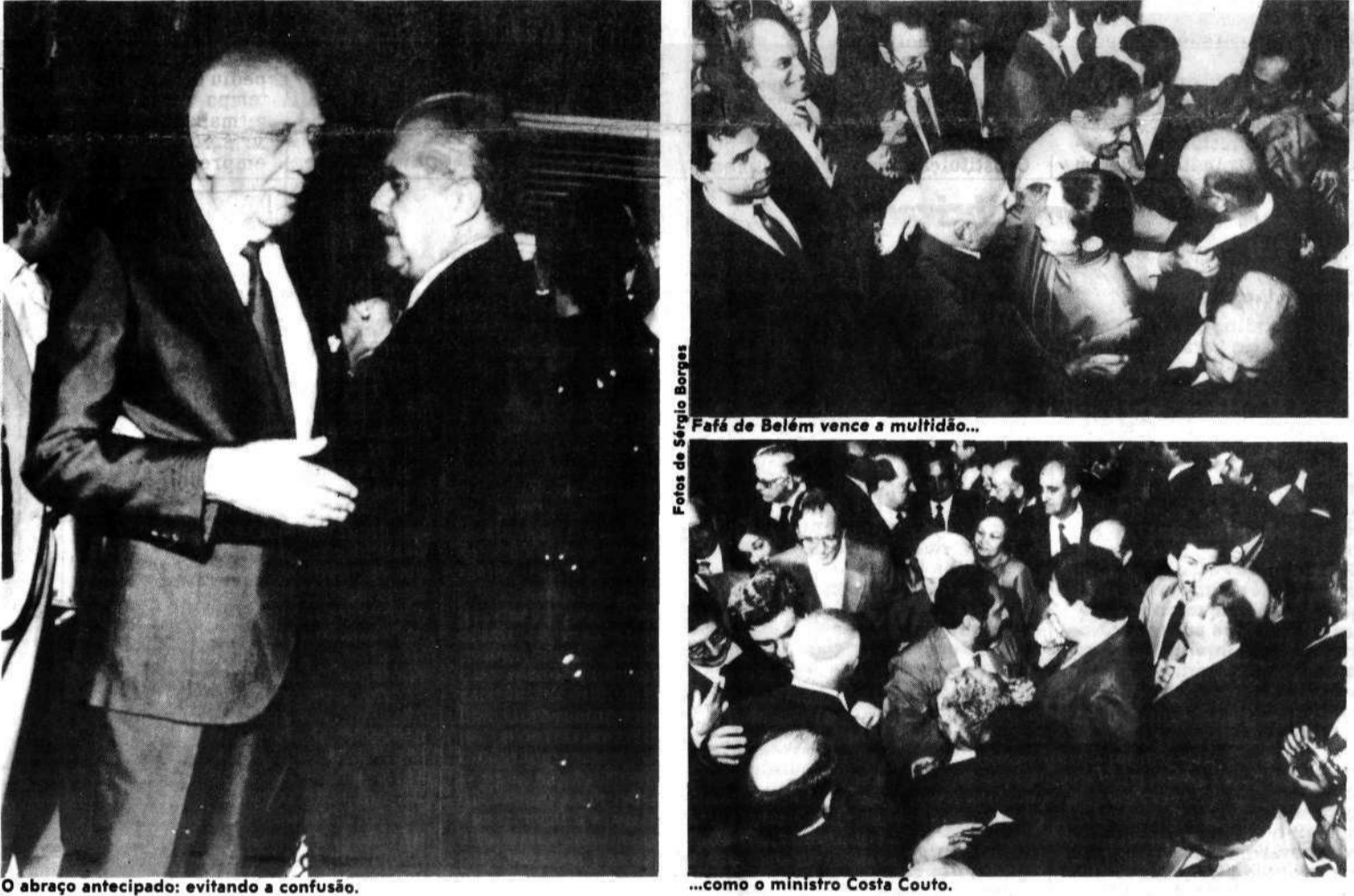
Os três governadores que vêm conversando mais assiduamente com o presidente da República, dois prometeram total apoio ao "Novo Compromisso com a Nação" que Sarney deve anunciar hoje à noite por uma cadeia de rádio e TV. Os dois: Orestes Quércia e o mineiro Newton Cardoso. O terceiro, Wellington Moreira Franco, do Rio, ficou reticente: vai esperar orientação do partido.

Quércia disse que assina o documento porque ele próprio chegou a apresentar, na semana passada, algumas sugestões, que foram aceitas por Sarney. Quércia não quis divulgar quais foram essas sugestões, mas disse ter lido o documento original e que não acredita em grandes alterações em seu conteúdo. Basicamente, segundo Quércia, Sarney irá apresentar um plano de desenvolvimento do País para o período que resta de seu mandato.

Para ele, o presidente Sarney tem de contar com o apoio de todos os segmentos



Moreira Franco com Sarney: uma adesão que depende de aprovação do PMDB.



O abraço antecipado: evitando a confusão. ...como o ministro Costa Couto.

No PFL: "Que bananosa. E põe bananosa nisso".

A crise armada pelo PFL como forma de pressionar o presidente Sarney a reformular sua base de sustentação no Congresso mereceu ontem uma curta e sintomática definição do secretário-geral do partido, deputado Saulo Queiroz: "Põe bananosa nisso". A cúpula do PFL, na verdade, está preocupada em descobrir se vai ou não compor o novo pacto político a ser proposto por Sarney — e já fez algumas sugestões para, em troca, oferecer seu apoio ao governo.

Para assinar o novo programa, o PFL propõe a redução de 27 para 12 ministérios civis, privatização imediata de algumas empresas, venda de imóveis de funcionários para captação de recursos e prévia autorização legislativa para obras e investimentos superiores a Cr\$ 500 milhões. Essas são algumas das 12 reivindicações que o PFL levou ontem a Sarney. Maciel, o portador do documento, apressou-se a negar que isso visaria a manutenção do partido no governo federal: "É documento para uso interno que em nada influirá na posição que o partido vier a tomar".

A partir do documento começaram as novas divergências dentro do PFL. "Não temos por que voltar ao presidente da República antes de saber de sua resposta às nossas manifestações. O documento deve ficar sobrestado até o pronunciamento presidencial", diz o líder do partido, senador Carlos Chiarelli. O que se discutia ontem no Congresso, porém, era quais seriam os números da divisão do PFL, caso a cúpula decidisse pelo rompimento com o governo, e se seria ou não antecipada a convenção nacional. "Cada cabeça, uma setença", ponderou Saulo Queiroz. "Tudo vai depender do programa do presidente. Não vou entrar nisso com emoção".

Reavaliação

Mesmo recusando-se a prever o que decidirá a Executiva, Queiroz mostrava-se convencido de que Sarney desistiu de fazer uma ampla reforma ministerial, que obrigatoriamente excluiria o PMDB dissidente, e de buscar apoio isolado dos constituintes para a formação de uma nova base parlamentar: "O presidente deve ter avaliado melhor o quadro e constatado não ser possível reunir número para isso sem a participação do PMDB".

Segundo Queiroz, a manutenção do atual quadro político resulta do fato de Sarney ter um estilo lento de decidir, sempre preferindo que os fatos decidam por ele. Por essa razão, ele acredita que nada de novo acontecerá politicamente no País, até que a convenção nacional do PFL se reúna e decida o que fazer.

Quanto a um eventual rompimento do PFL com o governo, nenhum frentista arrisca qualquer observação. "Isso vai depender da convenção", diz o líder José Lourenço, um dos mais ardorosos defensores da antecipação da convenção. "Devemos resolver isso o mais rapidamente possível. As bases é que têm de deliberar, e quanto mais gente participar da decisão, melhor".

Em meio às discussões, o chanceler Abreu Sodré voltou ontem a pedir ponderação. "Não é hora de criar mais problemas para o presidente Sarney", disse, referindo-se à crise do PFL. Pessoalmente, Sodré garante que não vai demitir-se do cargo e também não acredita que qualquer outro ministro do PFL vá deixar o governo: "Mais tarde, todos vão admitir que eu tenho razão".

Para mostrar que apóia a continuidade do projeto de transição política independentemente da presença de seus representantes na administração federal, o PFL em peso compareceu ontem à solenidade de transmissão do cargo de Jorge Bornhausen ao secretário-geral Aloísio Sotero, que assumiu interinamente o Ministério da Educação. Marco Maciel ainda tem esperança de que o MEC continue com o PFL — uma reivindicação que ele não deixará de fazer, como forma de testar o prestígio do partido.

Em seu discurso de transmissão do cargo, Bornhausen voltou a insistir no sistema parlamentarista, depois do mandato de cinco anos para Sarney. E prometeu defender tal posição na Constituinte, onde reassumiu ontem mesmo seu posto de senador.

Sobrou gente na festa do dr. Ulysses

Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, entrou levantando ontem, às 21h30, no restaurante Piantela, onde foi comemorado seu aniversário, com a presença de políticos, ministros, jornalistas e amigos. "Se continuar assim, vou ter que me sentar em cima do piano" — queixava-se o deputado Jutahay Júnior, do PMDB baiano, pois foram vendidos pelo menos o triplo dos 180 convites prometidos na véspera.

Abraçados por constituintes, Ulysses não conseguia andar em meio a fotógrafos, cinegrafistas, jornalistas e amigos. Os convidados, perplexos, tentavam imaginar como seria servido o jantar prometido, e logo no início da festa já se espalhavam boatos: para aquecer o povo, só drinks, e depois um jantar para um grupo selecionado, na parte de cima do restaurante. No coquetel, foi servido uísque Haig e Johnny Walker, Red Label. Para o jantar, os convidados esperavam salada Waldorf e escalopinho au vin, pratos prediletos do homenageado.

No começo da festa já haviam chegado os ministros Aluizio Alves, da Administra-

ção, Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, Costa Couto, do Gabinete Civil, Roberto Santos, da Saúde, Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, Jader Barbalho, da Reforma Agrária e Paulo Brossard, da Justiça, Bresser Pereira, da Fazenda e Íris Rezende, da Agricultura. Parlamentares em grande número, todos os líderes do PMDB na Câmara, no Senado e na Constituinte, o reitor da Universidade de Brasília, Cristóvão Buarque, o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira e o governador do Rio, Moreira Franco. A polí-

...como o ministro Costa Couto.

Quércia e Newton assinam sem pensar. Moreira, não.

com o presidente Sarney, que durou mais de uma hora, defendendo o reconhecimento do PMDB como partido majoritário, para que se possa processar a estabilidade política e parlamentar. Ao mesmo tempo, destaca a necessidade de o partido colocar suas propostas políticas muito claras para a consolidação da democracia, já que a transição acabou. "O PMDB sendo partido majoritário deve estar incorporado na medida em que essas políticas têm que ser majoritá-

rias, porque o povo votou nelas", afirmou. Apesar de defender mais clareza na proposta programática, política e ideológica do PMDB, Moreira Franco disse que o documento preparado pelo presidente Sarney para receber a adesão de sua nova base política está de acordo com as diretrizes do partido. Entretanto, não revelou detalhes desse documento, argumentando que o presidente apenas lhe falou sobre o seu conteúdo, mas não lhe apresentou o texto, porque primeiro precisa ser cumprido um rito, isto é, o documento deve ser encaminhado formalmente ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães.

Irritado, às vezes até grosseiro, o governador do Rio de Janeiro não explicou a razão de sua audiência com o presidente Sarney e disse que somente depois de ler o documento, que chegará aos governadores assim que for encaminhado a Ulysses Guimarães, é que decidirá sobre sua assinatura. E concordou que esse assunto poderá

ser discutido na reunião que os governadores terão sábado, no Rio de Janeiro, quando a pauta também terá reforma tributária e o futuro do PMDB.

O governador Newton Cardoso garantiu que conheceu, com bastante antecipação, todas as metas que serão defendidas pelo presidente da República, e assegurou que o presidente nacional do PMDB e presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, influenciou no esboço da fala presidencial.

"Eu estive com o presidente Ulysses Guimarães na última quinta-feira e ele deu até palpites no início do documento, em seu esboço que já estava pronto. Nesse esboço, entendo eu, devem participar o doutor Ulysses e nós, os governadores, para não sair um documento teórico", afirmou. O governador disse que espera "um documento corajoso" e nele devem constar "duas coisas muito importantes para a vida nacional: um não ao parlamentarismo e a defesa do mandato de cinco anos para o presidente Sarney".